ISSN 2318-7344
@RQUIVO BRASILEIRO DE
EDUCAÇÃO

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL: INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

Wilson Rodrigues Braz
Universidade Federal de Juiz de Fora

Reyssila Rute da Silva Barros
Centro Universitário Una Bom Despacho

Denisse Aparecida dos Santos Sousa
Centro Universitário Una Bom Despacho

RESUMO

A Lei nº 10.639/2003 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional com a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira". As relações étnico-raciais necessitam ser debatidas no meio educacional, sobretudo para o Ensino Fundamental, que ainda encontra lacunas na efetivação nos currículos escolares e na prática pedagógica sobre a temática. Portanto, os objetivos deste trabalho foram investigar como a abordagem das relações étnico-raciais nos anos iniciais do Ensino Fundamental ocorreram no contexto escolar na última década e compreender a sua correlação com os documentos norteadores para o ensino da temática, bem como discutir sua importância no contexto formador humano. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, de natureza básica, explorando o tema a partir de um levantamento bibliográfico no portal CAPES e utilizando como descritores e operador booleano: "étnico-raciais" AND "ensino" AND "anos iniciais". Quanto aos critérios de inclusão, buscaram-se artigos em língua portuguesa (variante brasileira) envolvendo a temática e publicados no período de 2013 a 2023. A análise de dados se baseou na teoria histórico-cultural. Como resultados, os dados revelaram que os professores buscam ensinar a temática das relações étnico-raciais na escola de forma diversificada. Porém, são os docentes que precisam tomar a iniciativa de preparo da temática para as aulas, pesquisando mais profundamente sobre o conteúdo a fim de atender à legislação vigente.

Palavras-chave: Anos iniciais; Diversidade; Ensino fundamental; Lei nº 10.639/2003; Relações étnico-raciais.

ABSTRACT

Law No. 10,639/2003 establishes the guidelines and bases of national education with the obligation to address the theme of “Afro-Brazilian History and Culture”. Ethnic-racial relations need to be discussed in the educational environment, especially in Elementary Education, which still has gaps in the implementation of these themes in school curricula and pedagogical practices. Therefore, the objectives of this work were to investigate how the approach to ethnic-racial relations in the early years of Elementary Education has occurred in the school context over the last decade and to understand its correlation with guiding documents for teaching the subject, as well as to discuss its importance in the context of human development. A qualitative research of a basic nature was conducted, exploring the topic through a bibliographic survey on the CAPES portal, using the following keywords and boolean operator: “ethnic-racial” AND “teaching” AND “early years”. In terms of inclusion criteria, articles in the Portuguese language (Brazilian variant) involving the theme and published between 2013 and 2023 were sought. Data analysis was based on historical-cultural theory. As a result, the data revealed that teachers seek to teach the subject of ethnic-racial relations in schools in a diversified manner. However, it is the teachers who need to take the initiative to prepare for the subject for their classes, conducting more in-depth research on the content in order to comply with the current legislation.

Keywords: Early years; Diversity; Primary education; Law nº 10.639/2003; Ethnic-racial relations.

INTRODUÇÃO

Por muito tempo, as relações étnico-raciais foram ausentes nos conteúdos escolares ou ocorreram de forma estereotipada e sem aprofundamento, contribuindo para a perpetuação de ações, falas e pensamentos discriminatórios em torno das diferentes culturas. Dessa forma, a partir das reivindicações do movimento negro, a Lei de Diretriz e Bases da Educação (LDB/1996) foi alterada pela Lei nº 10.639/2003, tornando-se obrigatória em nível nacional a abordagem da história e cultura afro-brasileira em todas as escolas da Educação Básica.

As relações étnico-raciais devem ser debatidas no meio educacional, pois a temática da história e cultura afrodescendente contribui para a formação cidadã das crianças, o reconhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial e cultural brasileira. Após vinte anos de aprovação da lei, ainda se torna essencial avaliar as lacunas na sua efetivação nos currículos escolares e na prática pedagógica docente.

Em face ao exposto, a pergunta que norteou este trabalho foi: como ocorreu a abordagem das relações étnico-raciais nos anos iniciais do Ensino Fundamental na última década? Mediante revisão integrativa da literatura, o objetivo foi investigar como se deram a abordagem das relações étnico-raciais nos anos iniciais do Ensino Fundamental na última década e a sua correlação com os documentos norteadores para ensinar a temática e reforçar a importância das relações étnico-raciais no contexto escolar para a formação humana.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003

A Lei nº 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial das Redes de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira", na data da presente pesquisa (2023), completa vinte anos.

O ensino em torno da história e da cultura afro-brasileira é recente, considerando o que Gonçalves (2012) pontua: por muito tempo, nas escolas, esse era um conteúdo ou temática ausente no currículo escolar. A autora relata que, ao longo da história do Brasil, o negro vem sendo estigmatizado, o que se deve ao fato de, muitas vezes, o modelo europeu ser considerado o centro das discussões na escola, silenciando as matrizes indígenas e africanas. Conforme descreve Ribeiro (2019), o ensino voltou-se, prioritariamente, aos brancos, dado que a cultura europeia sempre foi vista como superior e um ideal a ser seguido.

De acordo com Mota (2021), não bastasse a ausência da abordagem dessa temática no espaço escolar, estereótipos rodeiam a cultura afro e atribuem estatuto de rejeição ao continente africano. O autor salienta que a maior parte dos estudantes possui imagens negativas sobre o continente africano, assim como a sociedade em geral, o que resulta do imaginário criado em torno da África: fome, pobreza, violência, guerras e doenças.

Nessa perspectiva, podemos pensar que as práticas pedagógicas dos professores reproduzem, de alguma forma, esses estereótipos existentes em relação aos africanos. No entanto, é necessário que o ensino escolar problematize os sentidos em torno desse continente e das pessoas que nele vivem, desconstruindo imagens negativas, muitas vezes

reforçadas pela mídia. Amador de Deus (2020, p. 75) pontua que “Entender a história do continente africano em sua plenitude e complexidade se constitui em um importante passo para garantir o redimensionamento da cultura negra, da história e da identidade dos negros brasileiros e da sociedade brasileira”.

A partir das lutas e reivindicações dos movimentos sociais negros empreendidas em torno da temática, constantes mudanças na educação em relação a abordagens dos conteúdos de história e cultura afrodescendentes aconteceram. Assim, embora a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), em seu artigo 26, restringisse o ensino da cultura afrodescendente ao conteúdo de História, como parte diversificada, em 9 de janeiro de 2003, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 10.639. Essa lei altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996) e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” nos Ensinos Fundamental e Médio oficiais e particulares. Essa alteração propõe também que em todo o currículo escolar sejam ministrados os conteúdos da história e cultura afro-brasileira, dando destaque às áreas da Educação Artística, de Literatura e História Brasileira.

Ademais, a Lei nº 10.639 inclui no calendário escolar o “Dia Nacional da Consciência Negra”: 20 de novembro. Essa mudança é um marco muito importante, pois, por muito tempo, nos conteúdos escolares, a história sobre os afrodescendentes se restringia ao período da escravização, ou seja, apenas à parte em que os negros eram vassalos, ignorando, com isso, sua história, seu conhecimento, sua cultura como um todo (BRASIL, 2003).

Visando recuperar todo o apagamento histórico sofrido pelos negros nas áreas sociais, econômica e política relacionadas à história do Brasil, a Lei nº 10.639 inclui nos conteúdos programáticos o “estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional” (BRASIL, 2003, *on-line*). Essa inclusão é outro marco relevante, pois tem o objetivo de resgatar e divulgar os conhecimentos e a riqueza cultural africana e, assim, transmitir a contribuição dos negros para o desenvolvimento da nação brasileira.

Em 2004, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou o parecer que regulamenta as alterações trazidas pela Lei nº 10.639, que “procura oferecer, na área da

educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade" (BRASIL, 2004, p. 8). Ainda, conforme o parecer, entende-se que "A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, dizem respeito a todos os brasileiros" (BRASIL, 2004, p. 8).

Nesse sentido, devido ao Brasil ser um país estruturalmente racista, o preconceito está enraizado no imaginário da população brasileira, que acaba o praticando mesmo que de forma involuntária. Logo, o racismo, conforme a Constituição Federal, em seu artigo 5º (BRASIL, [1988]), é um crime inafiançável; logo, é um dever social que todas as pessoas, independentemente de sua cor, sejam educadas para as relações étnico-raciais. Esse exercício é um passo fundamental para a formação cidadã, uma vez que contribui para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e equitativa.

DOCUMENTOS NORTEADORES PARA O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Após a implementação da Lei nº 10.639, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou, em 10 de março de 2004, o parecer CNE/CP nº 003/2004, que teve como relatora a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) – dar orientações para efetivação da Lei nº 10.639. Esse documento é destinado a todos os envolvidos na educação, incluindo as famílias dos estudantes e a comunidade. Essas diretrizes foram criadas com o objetivo de oferecer uma resposta à demanda da população afrodescendente, que busca combater o racismo e as discriminações que atingem, particularmente, os negros.

> A implementação das DCNERER representou um avanço significativo para o currículo escolar, pois possibilita tensionamentos no currículo colonizado no viés das práticas monoculturais. Sua efetiva orientação pode promover a ressignificação da história do povo negro e indígena, a cultura, o conhecimento, o reconhecimento da diversidade étnico-racial presente na sociedade brasileira que até o presente segue negada no currículo. Desafia educadores, gestores e

> alunos a discutir o que antes era silenciado ou apresentado de forma subalternizada e inferiorizada (MARQUES, 2020, p. 108).

Nesse sentido, as DCNERER entendem a obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-brasileira e Africana como uma política curricular com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Sendo assim, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e a cultura de seu povo, buscando reparar danos. Por isso, é necessária a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira nos diferentes níveis de ensino (BRASIL, 2004).

O documento, pois, reconhece que as formas de discriminação de qualquer natureza "não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam esse lugar" (BRASIL, 2004, p.6) Ou seja, apesar de o preconceito contra as minorias étnicas já fazer parte do imaginário dos alunos, conforme são internalizadas pelas falas e ações em seu convívio social e familiar, elas podem ser reforçadas por um ensino baseado na Europa como o ápice dos conhecimentos, cultura e beleza. Por isso, a escola deve assumir um papel de emancipadora desses grupos e pautar o ensino para relações étnico-raciais, pensando na formação cidadã dos estudantes.

Diante disso, o documento não sugere que se deva eliminar do currículo das escolas o ensino eurocêntrico, porém se faz necessário contemplar a cultura de outros povos, abrangendo, portanto, sua diversidade. Isso significa que a educação escolar deve abrigar toda a heterogeneidade racial, cultural e social existente, sem ignorar as diferenças que constituem cada nação. Assim, torna-se possível desenvolver um ensino não discriminatório e que abarque as pluralidades culturais existentes (MARQUES, 2020).

Nessa linha de pensamento, conforme dispõem as DCNERER,

> Caberá, aos sistemas de ensino, às mantenedoras, à coordenação pedagógica dos estabelecimentos de ensino e aos professores, com base neste parecer, estabelecer conteúdos de ensino, unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares. Caberá, aos administradores dos sistemas de ensino e das mantenedoras prover as escolas, seus professores e alunos de material bibliográfico e de outros materiais didáticos, além de acompanhar os trabalhos desenvolvidos, a fim de evitar que questões tão complexas, muito pouco

> tratadas, tanto na formação inicial como continuada de professores, sejam abordadas de maneira resumida, incompleta, com erros (BRASIL, 2004, p. 18).

Nessa perspectiva, é dever da escola, junto de toda sua equipe, promover uma série de práticas pedagógicas capazes de trabalhar os diferentes componentes curriculares. Para isso, ela deve desenvolver aulas voltadas às relações étnico-raciais e viabilizar discussões por meio de unidades de estudo, projetos e programas a fim de oportunizar troca de saberes entre professores e alunos.

Ainda, do que diz o documento, os professores precisam participar de uma formação continuada a fim de se atualizarem em relação à obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira. Para tanto, é preciso que os responsáveis pela administração municipal e estadual da educação forneçam materiais de apoio e capacitação para que o exercício do trabalho pedagógico se dê de forma adequada.

Conforme Lima e Sousa (2021, p. 124), para que se efetive a educação para relações étnico-raciais, "é necessário que valores e posturas antirracistas façam parte da constituição do/a professor/a para que ele/a maneje de maneira consequente e crítica os materiais e programas que lhe são apresentados". Portanto, entende-se a relevância de esses conteúdos serem contemplados nos cursos de graduação e também de que esses tópicos sejam acrescentados nos cursos de capacitação docente, visando à qualificação dos profissionais de educação atuantes que tiveram ausência dessa temática em sua formação inicial.

Tal como as Diretrizes orientam que o ensino contemple as relações étnico-raciais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) – documento normativo e norteador para construção de currículos de todas as escolas brasileiras – aponta a importância de se abordar o tema em sala de aula. A diferença é que, enquanto as Diretrizes Curriculares são responsáveis por "orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras" (BRASIL, 2013, p. 4), a BNCC "é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica" (BRASIL, 2017, p. 5).

Ao ser aprovada em 2017, a BNCC para a Educação Infantil e Ensino Fundamental é referência para todas as escolas públicas e particulares do Brasil, definindo o que todos

os alunos em todas as etapas e modalidades de ensino precisam desenvolver. Por conseguinte, as escolas tiveram de adaptar seus currículos para contemplar o que o documento orienta. Dentre elas, o documento propõe que, para que o planejamento seja equitativo, é necessário "um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos como os povos indígenas, originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes" (BRASIL, 2017, p. 15-16).

Dessa forma, ao se tratar sobre o ensino para relações étnico-raciais, a BNCC responsabiliza as redes de ensino pela "incorporação aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora" (BRASIL, 2017, p.19). Assim, a educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena são citados juntamente com outros temas transversais.

Portanto, entende-se que, "embora tenha caráter normativo, a BNCC não é considerada currículo. É um documento norteador da prática pedagógica, que deverá adequar-se a cada realidade" (OLIVEIRA, 2020, p. 458). Por esse motivo, a BNCC não se aprofunda quanto à abordagem para relações étnico-raciais, pois atribui aos estados contemplar essa temática por meio de modificações e acréscimos nas habilidades dos componentes curriculares, contextualizando com a cultura local.

METODOLOGIA

Realizou-se uma revisão integrativa da literatura mediante busca qualitativa de trabalhos científicos no portal de periódicos CAPES, a partir de estudos envolvendo a temática, considerando que esse é um portal amplo e cientificamente confiável, abrigando inúmeras bases de dados científicas. O refinamento de inclusão obedeceu a dois critérios: o período de dez anos – entre 2013 e 2023 –; o tipo de documento, no caso, artigos científicos completos em língua portuguesa (variante brasileira).

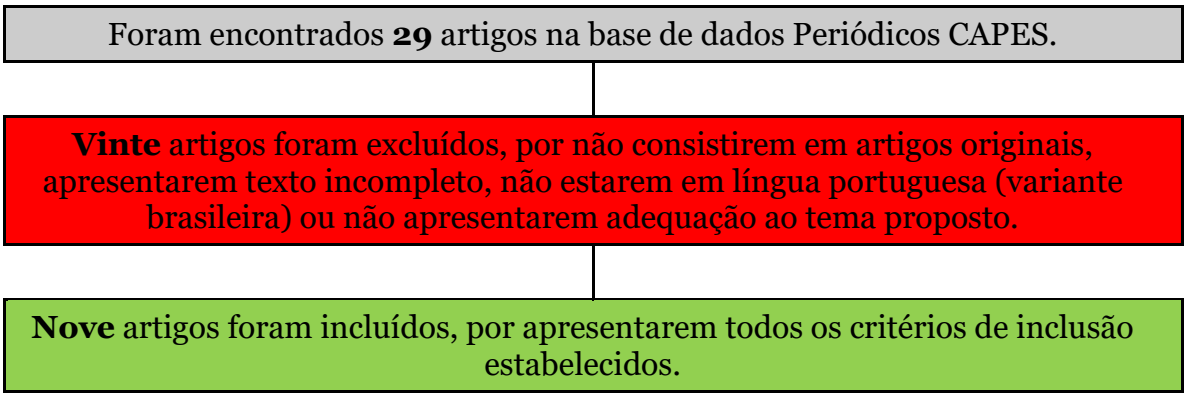
A busca se deu mediante o uso dos seguintes descritores com aplicação de operador booleano: "étnico-raciais" AND "ensino" AND "anos iniciais", de forma conjunta. Para segundo refinamento, foi realizada a análise dos títulos e dos resumos de cada pesquisa,

excluindo, por fim, os artigos restritos a outras etapas da Educação Básica, como voltados à Educação Infantil, aos anos finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio e artigos que fugiram à temática (relações étnico-raciais).

RESULTADOS

Diante dos objetivos e estratégias definidos na metodologia desta pesquisa, a busca no portal de periódicos CAPES resultou inicialmente em 29 publicações. Após avaliações prévias em relação aos critérios de inclusão e exclusão propostos, foram selecionados nove artigos (apresentados no fluxograma da Figura 1 e no Quadro 1).

Figura 1 – Seleção dos trabalhos científicos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão



Fonte: elaborada pelos autores.

Quadro 1 – Análise prévia dos artigos científicos selecionados

	Título	Autores	Resultados
1	"Dimensões educacionais da equidade racial: um projeto interdisciplinar sobre relações étnico-raciais para crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental".	Oliveira, Bianca de; Oliveira, Jamile de, 2022.	Desenvolver a dialogicidade e a análise crítica dos conhecimentos sobre a África.
2	"A construção de identidades étnico-racial em eventos de letramento numa escola pública municipal de São Paulo".	Vóvio, Claudia Lemos; Firmino, Estevão Armada, 2019.	A educação voltada à realidade da criança é fundamental para construção de identidades, em especial aquelas que dizem respeito à condição étnico-racial dos alunos.

	Título	Autores	Resultados
3	"Vamos além no 'era uma vez': literatura infantil, matemática e questões étnico-raciais nos anos iniciais".	Cidreira, Amanda Correia; Faustino, Ana Carolina, 2021.	O letramento matemático por meio de livros infantis com protagonistas negros.
4	"Educação das relações étnico-raciais em aulas de Educação Física: uma abordagem conceitual".	Pomin, Fabiana; Dias, Luciana Rosa, 2019.	As relações étnico-raciais têm o propósito de serem contempladas em todos os conteúdos de ensino.
5	"Representações das professoras dos anos iniciais do ensino fundamental sobre a discriminação racial na escola".	Santos, Rafaela da Silva; Dias, Alfrancio Ferreira, 2020.	É evidente que nas práticas pedagógicas os professores devem ter em vista a formação de alunos para atuar na sociedade, reflexivos sobre atitudes perante as minorias. Consequentemente é necessário que os estudantes se conscientizem contra discriminação e preconceitos em relação a esses grupos minoritários.
6	"Educação para as relações étnico-raciais no município de Caxias - MA sob a perspectiva das leis 10.639/2003 e 11.645/2008".	Costa, Gustavo da Silva; Pinto, Raydelane Grailea Silva; Torres, Lucillia Rabelo de Oliveira, 2017.	A discriminação racial e cultural é perseverante nos sistemas de ensino, trazendo prejuízos, dor e sofrimento às vítimas, levando-as a evasão e ao baixo rendimento escolar
7	"Desafios da implementação da Lei nº 10.639/03: um estudo de caso de municípios do Estado de São Paulo".	Rodrigues, Tatiane Cosentino; Oliveira, Fabiana Luci de; Santos, Fernanda Vieira da Silva, 2016.	Os avanços e limites na implementação da Lei nº 10.639/2003 e como a temática tem sido trabalhada nas escolas.
8	"Discriminação planejada: a seletividade do currículo oficial paulista para os anos iniciais do Ensino Fundamental".	Brito, Marlene Oliveira de; Machado, Vitor, 2018.	Apontam como necessária a avaliação do tratamento da temática "relações étnico-raciais" presentes no cotidiano das escolas.
9	"Educação e 'raça' (etnia): percepções de educadores dos anos iniciais da rede pública de ensino do Distrito Federal".	Silva, Francisco Thiago; Carneiro, Maria Helena da Silva; Borges, Lívia Freitas Fonseca, 2013.	Os resultados constam que as professoras associam o uso da terminologia "raça" a diferentes características dos povos que formaram o Brasil. A palavra "raça" ainda é associada ao racismo e grupos étnicos.

Fonte: elaborado pelos autores.

DISCUSSÃO

A partir da análise prévia dos dados, chegou-se aos nove artigos científicos que versam sobre as relações étnico-raciais nas escolas, e os textos demonstraram previamente que a temática é trabalhada pelos docentes de diferentes formas e não padronizadas no espaço escolar. Para a discussão, cada um dos artigos será analisado.

Para desenvolver a temática, as autoras Oliveira e Oliveira (2022) realizaram o projeto Cultura Afrodescendente em uma escola pública do Centro-Oeste Paulista em duas turmas de 3º ano do Ensino Fundamental. Visando ampliar os conhecimentos dos estudantes sobre a contribuição das culturas africanas e as questões étnico-raciais, as autoras estruturaram o projeto mediante organização da matriz curricular de História, analisando os componentes que possibilitavam a abordagem interdisciplinar. A aplicação se deu por meio de roda de conversas para contextualizar e considerar os conhecimentos prévios dos alunos, criação de dicionário ilustrado sobre palavras de etimologia africana, brincadeiras e culinárias africanas, construção de um almanaque com fichas técnicas sobre as características geográficas e animais do continente africano, confecção das bonecas *abayomi* e elaboração de miniaturas de casas *Ndebele*.

Com a aplicação do projeto, as autoras contemplaram o que orienta a BNCC (2017) sobre as novas possibilidades de aprendizagem, pois é necessário proporcionar às crianças atividades práticas a partir da ludicidade. Nessa perspectiva, os alunos tiveram uma atitude ativa na construção dos conhecimentos porque os vivenciam de forma contextualizada com sua realidade, atribuindo sentido ao que está sendo ensinado. Assim, os resultados do projeto Cultura Africana em sala de aula demonstraram que

> [...] crianças já se apropriavam do conhecimento e manifestavam suas respostas no reconhecimento de sua cor e origem afrodescendente, na valorização da influência das culturas africanas em seus hábitos cotidianos, no respeito à diversidade presente em seus colegas, na curiosidade por explorar e conhecer mais sobre a África e sobre suas origens, despertando o brio por pertencer a esse grupo étnico-racial que foi e continua a ser imprescindível nas sociedades (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2022, p. 55).

A partir do que dispõem Oliveira e Oliveira (2022), pode-se perceber que esse tipo de abordagem utilizado por docentes é capaz de convidar a criança a pensar sobre sua

própria realidade, na qual devem se reconhecer como sujeitos produtores de história, capazes de refletir sobre as relações sociais e agir para transformá-las.

Também Vóvio e Firmino (2019) objetivaram em sua pesquisa focalizar a mediação de processos de construção de identidades por meio da análise da dinâmica discursiva e dos elementos que constituem os eventos de letramento. A pesquisa foi realizada na sala de leitura de uma escola pública de Ensino Fundamental do Município de São Paulo. A escola em questão faz parte do projeto Negociação do Sentido dos Textos em Contexto Escolar de Vulnerabilidade Social: da Análise de Práticas Interacionais no Desenvolvimento de Materiais de Formação Docente. O desenvolvimento se deu a partir da observação de três eventos concedidos à escola, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contando com a participação dos professores.

Na primeira aula, observou-se a abordagem para relações étnico-raciais por meio de produção de um banco de palavras associadas ao continente africano registrado e discutido pelos estudantes. No segundo evento, exibiu-se o videoclipe de *rap* da *rapper* MC Soffia, contextualizando o gênero musical. Na última aula, ocorreu a apropriação da canção pelos alunos, propondo análise da letra e posicionamento diante do conteúdo da música.

Conforme os autores,

> [...] os resultados indicam que esses eventos de letramento contribuíram para desestigmatizar e rever estereótipos frente ao continente africano e aos/às negros/as africanos/as e brasileiros/as, assim como para produzir novos posicionamentos frente a essas construções sociais e observar os modos como aprendemos a ser o que somos no interior da escola (VÓVIO; FIRMINO, 2019, p. 325).

Nesse sentido, por meio da reflexão sobre suas ações na escola e na sociedade, os alunos assumem um posicionamento sobre as relações étnico-raciais. Dessa maneira, entende-se que, a partir de uma abordagem que contemple os multiletramentos, os alunos apropriam os conhecimentos referentes ao continente africano, analisando os discursos textuais de forma crítica. Partindo da premissa da diversidade cultural, é importante que se considerem os vários gêneros textuais, dentre eles "o culto, o popular, a cultura de massa, a cultura das mídias, a cultura digital, as culturas infantis e juvenis, de forma a

garantir uma ampliação de repertório e uma interação e trato com o diferente" (BRASIL, 2017, p. 66).

Com base nos multiletramentos, a pesquisa de Cidreira e Faustino (2021) investigou as potencialidades de conectar Matemática, Literatura Infantil e questões étnico-raciais nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A pesquisa foi realizada em uma turma do 1º ano de uma escola pública, em uma cidade do interior de Mato Grosso do Sul (MS), com base na análise de uma sequência didática desenvolvida durante três dias.

Em primeiro momento, contou-se a história infantil "As panquecas de Mama Panya" (de autoria de Mary e Rich Chamberlin, 2005). Posteriormente, foi trabalhado o gênero textual "receita" em atividade prática envolvendo a Matemática por meio da culinária da panqueca. A partir da discussão sobre os animais que aparecem no livro, no terceiro momento, os alunos desenharam a borboleta do Quênia usando medidas matemáticas. Para tanto, a abordagem faz o uso das ferramentas matemáticas, desenvolvendo nas crianças a habilidade de analisar e resolver problemas de diferentes contextos da vida cotidiana, reconhecendo que "os conhecimentos matemáticos são fundamentais para a compreensão e a atuação no mundo" (BRASIL, 2017, p. 262).

Para Cidreira e Faustino (2021), os resultados dessa sequência didática indicam que trabalhar os conceitos matemáticos com a literatura infantil e gênero textual, de maneira interdisciplinar, torna as aulas mais interessantes para os alunos, pois auxilia na ampliação dos conhecimentos relacionados a grandezas e medidas de maneira contextualizada. Assim, os alunos ficam mais participativos porque atribuem sentido ao que está sendo ensinado, evidenciando que o protagonismo negro da história "contribui para a construção de uma identidade cultural positiva, para o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural" (CIDREIRA; FAUSTINO, 2021, p.1)

Pomin e Dias (2019) propuseram uma experiência realizada nas aulas de Educação Física em uma escola pública de Curitiba (PR) com alunos dos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental. O objetivo era desenvolver as dimensões procedimentais, conceituais e atitudinais presentes nos conteúdos da Educação Física, contextualizando com o estudo da diversidade étnico-racial. Para as autoras, a importância do estudo foi motivada pela pouca frequência com a qual essa temática é abordada pelos docentes de Educação Física.

Para desenvolver a temática, foram utilizados jogos e brincadeiras africanos e indígenas. A intervenção se pautou, no primeiro momento, no levantamento de conhecimentos prévios sobre a proximidade da cultura africana com a realidade da turma. Posteriormente, as crianças participaram de brincadeiras e jogos africanos: acompanhe meus; pegue o bastão; terra-mar; Da Ga; pegue a cauda; Kameshi Mpuku Ne; Mbube Mbube. Depois, foi exibido o longa-metragem "Kiriku e a feiticeira" ("Kirikou et la Sorcière", 1998, de Michel Ocelot). Por último, os alunos confeccionaram turbantes.

Pomin e Dias (2019) evidenciam que, apesar de as professoras de Educação Física interessarem pela temática, não introduzem em suas aulas, alegando que esse trabalho exige muita pesquisa e preparação e falta de capacitação docente para a temática. A abordagem desse tema é crucial, pois a intervenção da autora contribuiu para a valorização da cultura via compreensão comparativa dos alunos acerca de haver várias semelhanças em seus jogos, brinquedos e brincadeiras com os de origens africanas, brasileiras e indígenas. Nesse sentido, as autoras concluem que

> [...] a reflexão sobre a influência das culturas africanas, negra e indígena contribui para a formação de um cidadão consciente do processo histórico do qual faz parte e desenvolve atitudes de respeito ao próximo e rejeição ao preconceito contra minorias e ao racismo (POMIN; DIAS, 2019, p. 86).

Dado a isso, Santos e Dias (2020) propõem uma análise de como os professores trabalham as situações de discriminação racial. A capacitação docente foi proposta por meio do estudo do artigo "Representações das professoras dos anos iniciais do ensino fundamental sobre a discriminação racial na escola" na Escola Estadual Eliezer Porto a partir de entrevistas com cinco docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental. As perguntas visaram obter informações de como os docentes trabalham ou trabalharam em algum momento contra a discriminação racial e os motivos pela qual ela acontece e como pode afetar a aprendizagem dos alunos.

Com base nos depoimentos das professoras, o estudo reflete que a desinformação é a principal causa da discriminação. Elas relataram que muitos estudantes chegam com pensamentos discriminatórios, dada a formação que se tem de fora da escola, reproduzindo esses comportamentos com os demais colegas. A discriminação acontece em grupos de brincadeiras dentro e fora da sala de aula. Concluíram que a discriminação

afeta a autoestima da vítima, prejudicando seu aprendizado e influenciando na mudança de comportamento. As entrevistadas relataram que as professoras desenvolvem a temática por meio de oficinas com bolsistas do PIBID e projeto Consciência Negra. Dentro da instituição, abordam a temática com rodas de conversa, trabalhos em grupos, textos. Entretanto, elas não a problematizam, não acrescentando mais nada sobre as questões étnico-raciais.

O estudo concluiu que, mesmo desenvolvendo projetos sobre a consciência negra e oficinas na escola, acontecem situações de discriminação reforçando o papel fundamental da família na temática, muitas vezes motivada pela desinformação do meio de convívio da criança, que influencia no seu processo de socialização reproduzindo preconceitos. Portanto, "A escola tem a função de construir seres reflexivos e críticos mostrando que cada ser humano tem o seu jeito de ser pensar e agir" (SANTOS; DIAS, 2020, p. 14).

Costa, Pinto e Torres (2017) objetivam investigar a aplicação das Leis nºs 10.639/2003 e 11.645/2008 nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Eles selecionaram três escolas públicas do Município de Caxias (MA), e o estudo se deu a partir de uma pesquisa de campo observacional quantitativa composta por 28 professores dos anos iniciais que responderam a um questionário com dez perguntas. O propósito foi verificar o conhecimento sobre as leis e como se dá a aplicabilidade delas.

Em relação à prática pedagógica, mais da metade dos professores relatou que trabalhou essas temáticas em vários momentos, e os demais declararam que trabalham nas datas comemorativas (Dia Nacional do Índio, Dia da Abolição da Escravatura e Dia da Consciência Negra) e/ou durante as aulas de História, Arte e Formação da Sociedade Brasileira. Quanto à manifestação da escola, sete professores disseram que a escola não se manifesta em relação a essa temática. Quanto à opinião dos professores sobre a importância de trabalhar essa temática nos anos iniciais, as respostas apontam que nessa fase o indivíduo começa a construir sua personalidade e opinião própria e, por isso, desde início da infância, a escola deve ensinar o respeito aos colegas de diferentes etnias, contribuindo para sua formação moral e cidadã.

Verificou-se que a maioria dos professores tem conhecimento sobre as Leis nºs 10.639/2003 e 11.645/2008 e procura inúmeros meios de trabalhar temáticas afro-

brasileiras, africanas e indígenas em sala de aula. Embora a maioria das escolas realize eventos culturais sobre as relações étnico-raciais, ainda existe uma carência na atuação da escola e do corpo docente, ressaltando a importância de estudos de campo para ampliar a quantidade de pesquisas científicas da temática na área educacional. A conscientização deve ser permanente, não apenas em datas preestabelecidas.

Nesse sentido, Rodrigues, Oliveira e Santos (2016) propuseram um estudo de caso para avaliar os desafios da implementação da Lei nº 10.639/2003 nos municípios do Estado de São Paulo. A partir da percepção de professores e gestores, as autoras buscaram entender como a temática das relações étnico-raciais e afro-brasileiras na rede pública de Educação Infantil e Ensino Fundamental foi trabalhada.

Para desenvolver o estudo, foi elaborado um questionário contando com 1.272 professores e gestores, que responderam com informações sobre seus conhecimentos e visões a respeito de práticas pedagógicas para relações étnico-raciais. Rodrigues, Oliveira e Santos (2016) verificaram que o desconhecimento acerca do conteúdo da lei e das diretrizes curriculares é o principal obstáculo ao avanço para efetivação, o que dificulta sua incorporação ao planejamento pedagógico. Apesar de terem interesse nesse conteúdo, professores e gestores sentem-se pouco preparados para incorporá-los na prática pedagógica e não recebem incentivos para capacitação. Os profissionais reconhecem que no Brasil ainda existe racismo, mas, quando questionados sobre essa prática na escola, argumentam que o problema é menor e negam que acontece nas instituições de ensino.

Logo, é possível entender que

> A percepção de inexistência de racismo no ambiente escolar leva à importante reflexão sobre como desenvolver pedagogias de combate ao racismo quando professores e gestores não conseguem identificá-lo dentro da instituição, situando-o como algo externo. O racismo, assim, é visto como um problema de outros espaços sociais, e não da escola (RODRIGUES; OLIVEIRA; SANTOS, 2016, p. 291).

Percebe-se que não basta abordar o conteúdo e ter conhecimento sobre as leis. É fundamental que se trabalhe de maneira reflexiva com seu entorno, assumindo que, no contexto escolar, as situações discriminatórias acontecem e tem sua existência silenciada. Nesse sentido, Brito e Machado (2018) apontam como necessária a avaliação do tratamento da temática "relações étnico-raciais" presente no cotidiano das escolas.

Logo, o artigo "Discriminação planejada: a seletividade do currículo oficial paulista para os anos iniciais do Ensino Fundamental" é pautado na pesquisa sobre como se dá o tratamento da diversidade étnico-racial e cultural no ensino. Para tanto, Brito e Machado (2018) fazem a análise do material didático disponibilizado pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo oferecido aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas estaduais. A pesquisa se desenvolveu mediante análise das expectativas de aprendizagem que constam nas "Orientações Curriculares do Estado de São Paulo" de 2013 e no "Guia de Planejamento e Orientações ao Professor" de 2015.

Para analisar os dados coletados, as expectativas de aprendizagem foram agrupadas em categorias com a finalidade de identificar as orientações que auxiliam no desenvolvimento da educação para relações étnico-raciais presentes no currículo paulista, selecionando as áreas de História, Geografia e Ciências. Os autores analisaram quais conteúdos são privilegiados no material, no sentido de nortear a prática pedagógica dos professores para ensino das relações étnico-raciais.

Os autores puderam verificar que

> [...] o Guia de Planejamento e Orientações ao Professor – História, Geografia e Ciências – Anos Iniciais, dedica à disciplina de Ciências Naturais 69,4% das Expectativas de Aprendizagem a serem atingidas. Os restantes 30,6% das Expectativas de Aprendizagem presentes no material em análise são "divididos" entre as disciplinas de História e Geografia. E desse total, apenas 1,7% das Expectativas de Aprendizagem apresenta referência indireta à diversidade étnico-racial e cultural (BRITO; MACHADO, 2018, p. 266).

A pesquisa demonstrou que o currículo paulista desconsidera o que diz a lei sobre a abordagem da temática étnico-racial, no sentido de mencionar esse conteúdo de maneira vaga, levando os professores a tomarem a iniciativa em desenvolvê-los. Portanto, Brito e Machado (2018) indicam que essa omissão contribui para o silenciamento das histórias e práticas socioculturais das minorias, considerando esse ato uma "discriminação planejada".

> Assim, o compromisso ético do educador diz respeito ao modo como certas determinações e valores são questionados e compreendidos subjetivamente pelo indivíduo, orientando seu modo de agir, considerando os fins do ato de educar e suas relações com dimensões mais amplas da organização social. Nessa conjuntura, a atuação docente precisa ser contestadora, como um exercício de

> questionamentos, reflexão e ação constantes, a fim de que não se mantenha em uma posição confortavelmente resignada (BRITO; MACHADO, 2018, p. 271).

Desse modo, o papel do professor torna-se essencial para que, dentro da escola, ocorram mudanças em relação a preconceitos internalizados sobre as diferentes culturas. Nessa perspectiva, Silva, Carneiro e Borges (2013), no artigo "Educação e 'raça' (etnia): percepções de educadores dos anos iniciais da rede pública de ensino do Distrito Federal", publicado em 2013, fazem um estudo com o objetivo de identificar as percepções dos professores dos anos iniciais acerca do conceito "raça".

A pesquisa desenvolveu-se mediante aplicação de questionários a oito professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para levantamento dos dados, solicitou-se que o grupo um escrevesse um texto sobre uma imagem que representava a diversidade humana. A análise se deu com base nas respostas do texto solicitado e nos resultados do questionário com a técnica da associação livre de ideias.

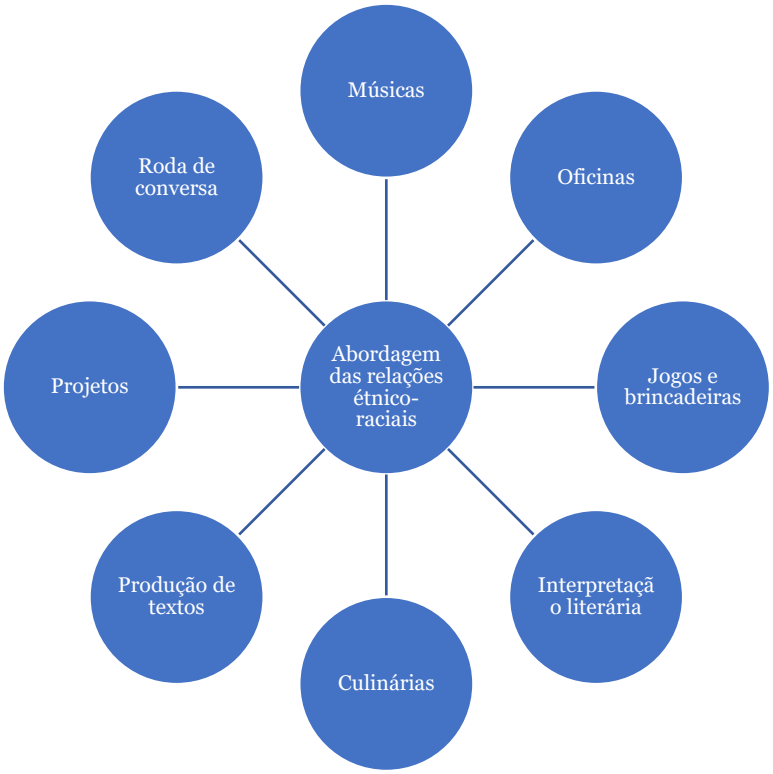
Na técnica da associação livre de ideias, as professoras foram orientadas a escreverem cinco palavras que relacionassem com o termo "raça" e, depois, indicarem qual a palavra mais representa o termo indicado. Primeiramente, foram analisados os dados das produções textuais; depois, os questionários. A partir da análise das repostas, os autores notaram que no texto das entrevistadas, apesar de falar sobre preconceito de discriminação, não é mencionado o termo "etnia". No questionário, com a livre associação de ideias, a palavra "raça" (etnia) foi associada com destaque a "características" e "preconceito" Observou-se, então, que a palavra "raça" ainda é associada a racismo e grupos étnicos.

Os resultados apontam que as professoras associam o uso da terminologia "raça" a diferentes características dos povos que formaram o Brasil. Além disso, elas reconhecem que a sociedade brasileira possui bases em concepções europeias, o que, por consequência, auxilia na perpetuação do preconceito contra negros, sobretudo no ambiente educacional. Assim, para Silva, Carneiro e Borges Silva (2013, p. 851), "a educação é uma instituição fundamental para provocar mudanças estruturais na sociedade por meio do conhecimento sistematizado, mudanças que reflitam para uma sociedade menos excludente, mais justa, combativa dos preconceitos".

Com a análise dos resultados da pesquisa de Silva, Carneiro e Borges Silva (2013), entende-se que conhecer e analisar o uso das terminologias sobre “raça” e “etnia” dentro da escola é fundamental para que sejam gerados debates a respeito do tema em prol de contribuir para a desconstrução de estereótipos e desinformações sobre os termos que envolvem a diversidade racial. Por meio de discussão e reflexões mediadas pelos docentes, ideias e percepções a respeito desses termos vão sendo ressignificados pelos alunos, o que poderá minimizar as diferenças étnico-raciais presentes na sociedade.

Com análise desses textos, constatou-se que a abordagem das relações étnico-raciais na escola se dá de variadas formas: por meio de músicas da cultura *hip hop* (*rap*), oficinas para confecção de brinquedos e elementos de origem africana e indígena, receitas da culinária africana, interpretação literária de histórias com protagonistas negros. Para tal, as aulas devem ser mediadas por rodas de conversa e elaboração de projetos para abordar o tema de maneira interdisciplinar e contextualizada com a realidade do aluno (*vide* representação na Figura 2).

Figura 2 – Abordagem das relações étnico-raciais na escola



Fonte: elaborada pelos autores.

Percebe-se que professores se esforçam e buscam ensinar a temática das relações étnico-raciais nos anos iniciais do Ensino Fundamental de forma diversificada, visando a novas possibilidades de ensino e atendimento às leis.

Isso é importante, porque

> As características dessa faixa etária demandam um trabalho no ambiente escolar que se organize em torno dos interesses manifestos pelas crianças, de suas vivências mais imediatas para que, com base nessas vivências, elas possam, progressivamente, ampliar essa compreensão, o que se dá pela mobilização de operações cognitivas cada vez mais complexas e pela sensibilidade para apreender o mundo, expressar-se sobre ele e nele atuar (BRASIL, 2017, p. 54-55).

Nesse sentido, quando um professor de Educação Física, por exemplo, realiza uma oficina para confecção de brinquedos de origens africana e indígena, consequentemente, leva os alunos a vivenciarem o tema de forma prática e significativa, pautado na interdisciplinaridade. Isso, portanto, está em conformidade com o que diz a Lei nº 10.639, ao tratar esses conteúdos no âmbito de todo o currículo escolar. Ou seja, essa temática não deve estar restrita a um componente curricular ou ser abordada somente em datas comemorativas.

Percebe-se, pelo levantamento da literatura dos últimos dez anos, que abordagem multidisciplinar, incentivos para capacitação docente e apoio da gestão escolar contribuem para a ampliação dos conhecimentos acerca do tema, a valorização da diversidade cultural e a desconstrução de estereótipos. Vale mencionar que, conforme tratado em alguns textos, professores sentem dificuldade em aplicar conteúdos voltados à temática, pois isso exige conhecimento aprofundado sobre o tema. Ademais, currículos de alguns estados não evidenciam como se devem abordar as relações étnico-raciais, cabendo aos professores fazer pesquisas e estudos de maneira individual para preparar aulas.

Constatou-se que, por muito tempo, a ausência desse conteúdo nos currículos escolares brasileiros silenciou a história das matrizes indígenas e africanas. Com a alteração da LDB pela Lei nº 10.639, o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana passou a ser obrigatório nos currículos de todas as escolas. Assim, a elaboração da DCNERER foi um avanço importante, por considerar a história dos povos negro e

indígena, valorizando suas contribuições para construção da sociedade brasileira. Desse modo, a BNCC não se aprofunda quanto ao ensino para relações étnico-raciais, pois atribui essa responsabilidade aos estados e às escolas, as quais devem contemplar em seus currículos de acordo com cada realidade.

Constatou-se que, a partir de um ensino lúdico e contextualizado, as crianças têm mais curiosidade por explorar e conhecer sobre a África. Abordar as culturas africanas, negras e indígenas de maneira reflexiva, portanto, contribui para a formação cidadã dos alunos, desenvolvendo neles a consciência sobre seu processo histórico e atitudes de respeito ao próximo. Entretanto, em alguns currículos, a questão étnico-racial é desconsiderada, fazendo com que os professores pesquisem mais profundamente sobre o tema e tomem a iniciativa de desenvolvê-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas contribuições deste estudo foram entender que, com exploração de variadas formas de ensino, alunos se envolvem com mais intensidade nas aulas, pois atribuem significado ao que está sendo ensinado graças à contextualização com seu entorno. Desse modo, são desenvolvidas a ampliação dos conhecimentos acerca do tema, a valorização da diversidade cultural e a desconstrução de estereótipos.

Concluímos que ocorreram avanços sobre a abordagem da temática “relações étnico-raciais na escola dos anos iniciais do Ensino Fundamental”. Porém, ao mesmo tempo, ficaram evidentes muitas lacunas e desafios apontados pelos autores ora pesquisados, ou seja, diante dos avanços das legislações que apontam a obrigatoriedade de abordar as relações étnico-raciais na escola, há um longo caminho a ser percorrido para que sejam construídas informações relevantes que possam diminuir o preconceito estrutural e silencioso vivenciado nas escolas.

Para pesquisas futuras, sugere-se investigar com mais profundidade os motivos pelos quais os professores sentem dificuldade na aplicação dessa temática em sala de aula.

REFERÊNCIAS

AMADOR DE DEUS, Zélia. **Caminhos trilhados na luta antirracista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 set. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: CNE, 2004.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 496-513.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 6 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 6 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRITO, Marlene Oliveira de; MACHADO, Vitor. Discriminação planejada: a seletividade do currículo oficial paulista para os anos iniciais do Ensino Fundamental. **Revista Contexto & Educação**, [*s. l.*], ano 33, n. 105, p. 248-276, maio/ago. 2018.

CIDREIRA, Amanda Correia; FAUSTINO, Ana Carolina. Vamos além no "era uma vez": literatura infantil, matemática e questões étnico-raciais nos anos iniciais. **EM TEIA**: Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana, [*s. l.*], v. 12, n. 3, 23 p., 2021. Disponível em: http://funes.uniandes.edu.co/32462/1/Cidreira2021Vamos.pdf. Acesso em: 6 set. 2023.

COSTA, Gustavo da Silva; SANTOS, Raydelane Grailea Silva; TORRES, Lucillia Rabelo de Oliveira. Educação para as relações étnico-raciais no município de Caxias - MA sob a perspectiva das leis 10.639/2003 e 11.645/2008. **Formação Docente**: Revista

Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, [*s. l.*], v. 9, n. 17, p. 163–176, 2017. Disponível em: https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpfp/article/view/157. Acesso em: 6 set. 2023.

GONÇALVES, Fabiane Lucimar da Cunha. O papel da escola na desconstrução do racismo, preconceito e discriminação: a fomentação profissional dos educadores da Escola Estadual de Ensino Fundamental Presidente Castelo Branco. 2012. 9. p. Disponível em: https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/papel-da-escola-na-desconstru%c3%a7%c3%a3o-do-racismo1.pdf. Acesso em: 6 set. 2023.

LIMA, Letícia Bezerra; SOUSA, Patrício Pereira Alves. Saravá, Dona Clementina! Reflexões sobre a prática da educação para as relações étnico-raciais na pós-graduação lato sensu. *In*: MOTA, Thiago Henrique. **Ensino antirracista na educação básica**: uma introdução. Porto Alegre: Fi, 2021. p. 118-135.

MARQUES, Eugenia Portela; OLIVEIRA, Valeria Aparecida Mendonça de. A implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais: subversão à lógica da colonialidade no currículo escolar. **Revista da ABPN**, [*s. l.*], v. 12, n. 32, p. 97-119, mar./maio 2020. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/2a08/67961487a87e076e087a2c5008d2fc0542ae.pdf. Acesso em: 6 set. 2023.

MOTA, Thiago Henrique. **Ensino antirracista na educação básica**: uma introdução. Porto Alegre: Fi, 2021.

OLIVEIRA, Bianca de; OLIVEIRA, Jamile de. Dimensões educacionais da equidade racial: um projeto interdisciplinar sobre relações étnico-raciais para crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 47, n. 1, jan./abr. 2022.

OLIVEIRA, Eliane Alves de. Como trabalhar o repertório cultural dos alunos e a comunicação conforme proposta da BNCC a partir da cultura afrodescendente? **ODEERE**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, [*s. l.*], v. 5, n. 9, p. 457-473, 2020. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/6611/4843. Acesso em: 6 set. 2023.

POMIN, Fabiana; DIAS, Lucimar Rosa. Educação das relações étnico-raciais em aulas de Educação Física: uma abordagem conceitual. **Olhares**: Revista do Departamento de Educação da Unifesp, Guarulhos, v. 7, n. 1, p. 81-94, maio 2019. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/6836/6929. Acesso em: 6 set. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino; OLIVEIRA, Fabiana Luci de; SANTOS, Fernanda Vieira da Silva. Desafios da implementação da Lei nº 10.639/03: um estudo de caso de

municípios do Estado de São Paulo. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 281-294, set./dez. 2016. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reveducacao/article/view/3435/2362. Acesso em: 6 set. 2023.

SANTOS, Rafaela da Silva; DIAS, Alfrancio Ferreira. Representações das professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental sobre a discriminação racial na escola. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, [*s. l.*], v. 2, n. 3, p. e233696-e233696, 2020.

SILVA, Francisco Thiago; CARNEIRO, Maria Helena da Silva; BORGES, Lívia Freitas Fonseca. Educação e "raça" (etnia): percepções de educadores dos anos iniciais da rede pública de ensino do Distrito Federal. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [*s. l.*], v. 8, n. 4, p. 836-855, out./dez. 2013. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/6198/619866413006.pdf. Acesso em: 6 set. 2023.

VÓVIO, Claudia Lemos; FIRMINO, Estevão Armada. A construção de identidades étnico-racial em eventos de letramento numa escola pública municipal de São Paulo. **Íkala, Revista de Lenguaje y Cultura**, Medellín, v. 24, n. 2, p. 307-327, maio/ago. 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-34322019000200307. Acesso em: 6 set. 2023.

Sobre os autores:

WILSON RODRIGUES BRAZ - Doutor em Ciências pela Universidade de Franca e pós-doutorando em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal de Juiz de Fora. ORCID: http://orcid.org/0000-0003-4962-1927. E-mail: wbraz@hotmail.com

REYSSILA RUTE DA SILVA BARROS: Graduanda em Pedagogia. ORCID: https://orcid.org/0009-0001-8873-293x E-mai: wbraz@hotmail.com

DENISSE APARECIDA DOS SANTOS SOUSA: Mestra em Educação pelo CEFET e Docente no Centro Universitário UNA. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0145-8334 E-mail: denissesousa17@gmail.com

Tramitação:
Recebido em: 18/10/2023
Aprovado em: 28/11/2023